



RELATÓRIO E CONTAS 2019

Marina do Parque das Nações
– Sociedade Concessionária da
Marina do Parque das Nações, S.A.

Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de 27 de maio de 2020



Índice

Relatório de Gestão

I. Mensagem do Presidente	9
II. Atividade Desenvolvida e Perspetivas para 2020.....	11
III. Análise Económica e Financeira	13
IV. Outras informações relevantes.....	17
V. Agradecimentos	19
VI. Proposta de Aplicação de Resultados.....	21
VII. Cumprimento das Orientações Legais.....	23

Demonstrações Financeiras

I. Balanço	39
II. Demonstração dos Resultados por Naturezas	41
III. Demonstração das Alterações no Capital Próprio	43
IV. Demonstração de Fluxos de Caixa.....	45
V. Anexo às Demonstrações Financeiras	47

Certificação Legal de Contas.....	61
-----------------------------------	----

Relatório e Parecer do Fiscal Único.....	67
--	----

Abreviaturas

CA	Conselho de Administração
CIRC	Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
CSC	Código das Sociedades Comerciais
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DGS	Direção-Geral de Saúde
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
DLEO	Decreto-Lei da Execução Orçamental
EBITDA	" <i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i> " (Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)
EGP	Estatuto do Gestor Público
EPR	Empresa(s) Pública(s) Reclassificada(s)
FF	Fonte de Financiamento
IFRIC	<i>International Financial Reporting Interpretations Committee</i>
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.
IPG	Instrumentos Previsionais de Gestão
MPN	Marina do Parque das Nações – Sociedade Concessionária da Marina do Parque das Nações, S.A.
OE	Orçamento do Estado
OMS	Organização Mundial de Saúde
PAO	Plano de Atividades e Orçamento
PERE	Processo Especial de Recuperação de Empresas
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
RGPD	Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados
RJSPE	Regime Jurídico do Setor Público Empresarial
ROC	Revisor Oficial de Contas
SEE	Setor Empresarial do Estado
SEO	Secretário de Estado do Orçamento
SET	Secretário de Estado do Tesouro
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
UTAM	Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial
UTE	Unidade da Tesouraria do Estado
VN	Volume de Negócios



RELATÓRIO DE GESTÃO

I. Mensagem do Presidente

O mandato da nova equipa de gestão da Marina do Parque das Nações – Sociedade Concessionária da Marina do Parque das Nações, S.A. (MPN), iniciado em 2018, tem vindo a ser caracterizado pela gestão de um amplo e complexo conjunto de desafios ao nível organizacional, infraestrutural e financeiro.

Tendo presente a natureza e especificidades destes desafios, assim como a necessidade de dotar a sociedade de um quadro de referência estratégico de médio prazo, foi desenvolvido, ainda no decorrer do ano de 2018, um exercício interno consubstanciado na preparação de um documento de orientação estratégica, que visou estabelecer as linhas orientadoras de um processo norteado pela gradual recuperação empresarial da MPN. Sob a égide destas orientações, e tirando partido de uma conjuntura económica favorável, potenciadora da recuperação do mercado da náutica de recreio, o ano de 2019 pautou-se pela consolidação da trajetória de crescimento da atividade da MPN.

Centrando a análise nas duas principais unidades de negócio da sociedade – Porto de Recreio e Edifício Nau –, e sem prejuízo dos problemas estruturais que condicionam fortemente a exploração de ambas, é de destacar, no caso do Porto de Recreio, que a taxa média de ocupação ascendeu a 73% (+4 p.p. que no ano anterior), o melhor registo desde a reoperacionalização da marina. Neste âmbito, cumpre destacar, por um lado, o aumento da procura por parte de embarcações visitantes. Por outro lado, é de destacar o resultado da prossecução da aposta na gradual afirmação da MPN como polo dinamizador do turismo náutico no Estuário do Tejo. Uma aposta que tem vindo a possibilitar a sua constituição como base de operações para operadores em segmentos emergentes de atividades marítimo-turísticas.

No caso do Edifício Nau, as patologias estruturais que afetam este edifício têm condicionado fortemente a sua exploração. Ainda assim, em 2019 foi possível subconcessionar um novo espaço, facto que veio contribuir para o aumento da taxa de ocupação e, bem assim, potenciar o aumento da receita gerada por esta unidade de negócio.

Não obstante, o desempenho económico-financeiro da MPN em 2019 acabou por ser fortemente influenciado pelo reconhecimento, pela primeira vez, de uma estimativa com o gasto da renda do contrato de concessão, no valor de 110 mil Euros. Algo que contribuiu determinadamente para a apresentação de um EBITDA negativo (-87 mil Euros). Por sua vez, o Volume de Negócios ascendeu a 1 053 milhares de Euros, consubstanciando um aumento de 8% face ao ano anterior, naquele que é o melhor registo de sempre da sociedade.

Neste contexto, as projeções para 2020 apontavam para a manutenção da trajetória de crescimento da atividade da sociedade, algo que os dados provisórios do 1.º trimestre permitem corroborar. Todavia, os efeitos do surto pandémico da doença Covid-19 vieram traduzir-se numa enorme incerteza quanto à evolução da atividade náutica e imobiliária (com influência na exploração do Edifício Nau). É sabido que a dinâmica do mercado da náutica de recreio é muito dependente da dinâmica económica, pelo que um cenário de forte contração da atividade económica tenderá a refletir-se na atividade da MPN. Importa igualmente ter presente que sobre as atividades náuticas impende atualmente um conjunto de fortes restrições, com destaque para os procedimentos de acostagem de embarcações provenientes do estrangeiro. Algo particularmente relevante quando uma parte importante da procura do Porto de Recreio é internacional. Com efeito, face a este cenário de elevada incerteza, torna-se difícil antever, com rigor, os efeitos negativos do surto pandémico sobre a atividade e a rentabilidade da MPN.

Por fim, a Administração da MPN reafirma, uma vez mais, o seu compromisso de trabalhar empenhadamente na criação de valor, por via do desenvolvimento da atividade da sociedade nas suas diferentes unidades de negócio, assim como na criação das condições necessárias à garantia da sua estabilização e regular funcionamento – incluindo o cumprimento das suas obrigações operacionais e funcionais. Isto sem descurar a busca gradual de soluções que permitam minimizar/suplantar os diversos desafios e constrangimentos existentes, potenciando a melhoria da qualidade do serviço prestado, o reforço da atratividade do estabelecimento e a melhoria da imagem e notoriedade/credibilidade da MPN.

II. Atividade Desenvolvida e Perspetivas para 2020

O ano de 2019 registou um franco crescimento da atividade da MPN, patente no aumento do volume de negócios da sociedade. Uma trajetória de crescimento que corroborou, assim, a expectativa de consolidação que se perspetivava em 2018, e que teve subjacente um conjunto de fatores, incluindo a conjuntura económica favorável, com destaque para o crescimento do mercado da náutica de recreio.

Centrando a análise nas principais unidades de negócio da MPN, mais precisamente no que se refere ao porto de recreio, a taxa média de ocupação fixou-se nos 73%, que comparam com os 69% registados em 2018 (e 63% em 2017). Uma evolução impulsionada pela manutenção da trajetória de crescimento da procura verificada em 2019, tanto por parte do segmento das embarcações visitantes de bandeira estrangeira, como de embarcações de recreio nacionais afetas às atividades marítimo-turísticas. Neste contexto, importa assinalar que, à semelhança do ano precedente, os constrangimentos à exploração do porto de recreio, com destaque para a inoperacionalidade de uma parte relevante dos postos de amarração (motivada pelos problemas de assoreamento que afetam a marina), condicionaram uma mais efetiva rentabilização da capacidade instalada.

Sem prejuízo destes constrangimentos, tem vindo a ser feita uma aposta no desenvolvimento de parcerias com promotores no segmento das atividades marítimo-turísticas que tirem partido das vantagens competitivas inerentes à situação geográfica do estabelecimento, e cuja operação não seja afetada pelos condicionalismos supra enunciados. Com efeito, no contexto dos processos de negociação com vários promotores, destaca-se a celebração, no início de 2019, de um contrato com um promotor que está a desenvolver a sua atividade numa área do porto de recreio (Bacia Sul) que não se encontrava utilizada/infraestruturada, e que prevê a instalação faseada de 23 barcaças fluviais e 5 lanchas para exploração turística do Estuário do Tejo, fazendo da MPN a sua base de operação.

Ainda em relação ao porto de recreio, mais precisamente em relação à área técnica do terraplano, explorada por uma entidade terceira, continua a apresentar uma boa aceitação por parte dos nautas. Quanto ao posto de distribuição de combustível, este continuou inoperacional em 2019, aguardando-se que entre em funcionamento no decorrer do ano de 2020.

Por sua vez, o Edifício Nau foi projetado com o intuito de desempenhar um papel central na dinamização da marina, tirando partido da sua localização entre as duas bacias do porto de recreio (Bacia Norte e Bacia Sul), ao permitir uma visão global das atividades náuticas. Todavia, as deficiências técnicas do edifício, conjugadas com os problemas que afetam a capacidade operacional do porto de recreio e Bacia Norte (cuja operacionalização deve ser analisada à luz da avaliação de soluções alternativas de longo prazo), têm condicionado a assunção daquele papel, refletindo-se na dinâmica da atividade comercial e na fruição social do espaço.

No contexto atual, e atentos o horizonte do Contrato de Concessão e a dificuldade da MPN em mobilizar os meios financeiros necessários à requalificação do Edifício Nau, torna-se necessário garantir os níveis de manutenção preventiva e corretiva que permitam assegurar a segurança na utilização do mesmo. Tendo presente esta realidade, ao longo de 2020 procurar-se-á dinamizar a ocupação do edifício e, bem assim, o incremento da receita de exploração.

Finalmente, o Centro Náutico registou um decréscimo da sua faturação. Uma tendência que se ficou a dever, essencialmente, ao declínio do número de eventos/cedência de espaços. Em 2019 manteve-se ainda a cooperação com o Desporto Escolar do Ministério da Educação e Ciência para utilização das instalações e equipamentos do Centro Náutico tendo por finalidade o desenvolvimento de atividades náuticas por parte dos alunos dos estabelecimentos de ensino parceiros.

As características deste equipamento, assim como a natureza dos serviços oferecidos e passíveis de oferecer, determinam a existência de um elevado potencial para a sua progressiva dinamização e afirmação. Neste contexto, torna-se, porém,

Handwritten signature



necessário clarificar a situação deste equipamento, tendo em vista a adoção de uma solução de longo prazo para a integração e exploração do referido equipamento por parte da MPN.

III. Análise Económica e Financeira

A presente análise resulta das demonstrações financeiras incluídas neste relatório, as quais foram ainda elaboradas e apresentadas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC)¹.

Desempenho

Os rendimentos e gastos de 2019 da MPN encontram-se sintetizados na tabela abaixo:

(Unid: Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	2019	2018	VARIÇÃO 2019 vs 2018	
			Absoluta	%
[+] Vendas e serviços prestados	1.052.840	974.261	78.579	8%
[+] Outros rendimentos e ganhos	110.838	12.664	98.174	775%
[-] Fornecimentos e serviços externos	749.669	629.255	120.414	19%
[-] Gastos com pessoal	295.913	339.052	-43.139	-13%
[-] Custos das mercadorias vendidas	6.124	3.551	2.573	72%
[-] outros gastos e perdas	212.733	8.545	204.187	2390%
[-/+] Imparidades / provisões (perdas/reversões)	14.056	190.981	-176.924	-93%
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)	-86.704	197.503	-284.207	-144%
[-/+] Depreciações e amortizações (gastos/reversões)	-631.579	-713.625	82.045	11%
Resultado operacional (EBIT)	-718.283	-516.122	-202.161	-39%
[-/+] Gastos de financiamento líquidos	-507.770	-508.854	1.083	0%
Resultado antes de impostos (RAI)	-1.226.054	-1.024.976	-201.078	-20%
[-/+] Imposto sobre o rendimento do período	713	-2.338	3.051	131%
Resultado líquido do período	-1.225.340	-1.027.313	-198.027	-19%

O desempenho económico-financeiro da MPN, em 2019, fica marcado pela obtenção de um **EBITDA negativo de 87 mil Euros**, montante que corresponde a uma redução de 284 mil Euros face ao ano anterior e que fica aquém do estimado no PAO em cerca de 115 mil Euros. O resultado obtido foi fortemente influenciado pelo reconhecimento, pela primeira vez, de uma estimativa com o gasto da renda do contrato de concessão no valor de 110 mil Euros, em conformidade com as orientações da DGTF sobre esta matéria e atento o n.º 6 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 67/2018.

¹ Nos termos do n.º 1 do artigo 3.º e do 1.º do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro), a MPN passou a estar sujeita à aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) a partir de 01 de janeiro de 2018. Contudo, constatando limitações ao nível dos meios humanos e dos sistemas de informação, a Entidade assume que não foi possível assegurar de forma tempestiva a implementação integral do SNC-AP, em particular no que ao subsistema da contabilidade orçamental diz respeito, pelo que, nos termos da determinação de S. Exa. o Secretário de Estado do Orçamento (SEO), expressa no Aviso n.º 9/DGO/2019, de 18 de abril, atenta a Resolução 7/2018 do Tribunal de Contas, de 9 de janeiro de 2019 e a Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, de 15 de fevereiro de 2019 e, finalmente, a prerrogativa estabelecida pelo n.º 2 do artigo 316º da Lei n.º 2/2020 (específica para o período de 2019), a MPN optou por efetuar a sua prestação de contas de acordo com o referencial contabilístico que lhe era anteriormente aplicável (i.e. SNC).

O **volume de negócios (VN)** registado em 2019 ascendeu a **1 053 milhares de Euros** e correspondeu a um **aumento de 8%** face ao ano anterior. Os serviços prestados relacionados com a atividade náutica (estadias no porto de recreio, terraplano e serviços de apoio) ascenderam a 677 mil Euros (+15,5% que em 2018), correspondendo a cerca de 64% do VN total. Por sua vez, a componente imobiliária (Edifício Nau e Parque de Estacionamento) foi responsável por 30% do VN total, correspondendo a 311 mil Euros (+3,8% que em 2018). Os restantes 6% do VN foram obtidos através de outras atividades, nomeadamente por via da gestão do Centro Náutico e de receitas suplementares provenientes de venda de produtos relacionados com a náutica e de serviços complementares (e.g. lavandaria, aluguer de bicicletas, etc.).

Os **gastos operacionais, excluindo imparidades e provisões**, ascenderam a **1 264 milhares de Euros**, tendo-se verificado um aumento de 29% face ao ano anterior. Esta variação ficou-se a dever essencialmente a dois factos: i) a MPN ter suportado um gasto da ordem dos 147 mil Euros com uma indemnização resultante de uma ação inspetiva às suas instalações elétricas que detetaram uma situação, à qual a MPN era alheia, de consumos de energia que não estavam a ser corretamente registados; ii) o reconhecimento de uma estimativa para o gasto com a renda no âmbito do contrato de concessão, no valor de 110 mil Euros.

Pese embora o VN tenha crescido 8%, o rácio do peso dos gastos operacionais sobre o VN não evidenciou uma melhoria na eficiência operacional, dado o crescimento verificado nos gastos operacionais (considerando somente as rubricas de FSE, gastos com pessoal e custo das mercadorias vendidas) ter sido superior. Em termos absolutos correspondeu a um aumento de cerca de 80 mil Euros, explicável essencialmente pelo já mencionado gasto da renda da concessão.

	2019	2018
Gastos Operacionais (CMV+FSE+GcP)	1.051.706	971.857
Volume de negócios (VN)	1.052.840	974.261
Peso Gastos Operacionais / VN	99,9%	99,8%

À semelhança do ano anterior, o EBITDA de 2019 beneficiou de uma **variação positiva de 14 mil Euros** ao nível das **imparidades dos créditos de clientes** (incremento de 68 mil Euros contrabalançado por reversões de 82 mil Euros).

O **resultado operacional** da MPN foi **negativo em 718 mil Euros**, estando fortemente condicionado pela expressão dos gastos com amortizações. O investimento de reabilitação e operacionalização do Porto de Recreio e do Edifício Nau, na ordem dos 15 milhões de Euros, realizado em 2008 e 2009, faz com que os **gastos com amortizações** ascendam em 2019 a **632 mil Euros anuais**, atento o facto de o seu reconhecimento estar a ser efetuado com o pressuposto da prorrogação do prazo de concessão por mais 30 anos com base em acordo celebrado em dezembro de 2010 entre a MPN (entidade concessionária) e a Parque EXPO (à data entidade concedente) com vista ao reequilíbrio financeiro da concessão, resultante do investimento adicional suportado pela concessionária.

Por último, importa referir que, por estimativa, foram reconhecidos **gastos com financiamento**, no montante de **508 mil Euros**, relativos a juros de suprimentos. Isto num contexto em que os contratos de suprimentos cessaram no final de 2017, aguardando-se que a DGTF, na qualidade de representante do principal acionista da MPN – e após a extinção da Parque EXPO –, se pronuncie quanto ao desenvolvimento desta matéria.

Posição financeira

A estrutura patrimonial da MPN exibiu, no final de 2019, um ativo líquido total de 17 846 milhares de Euros, o que se traduz numa redução de 5% face ao ano anterior. Da estrutura do ativo destaca-se o ativo não corrente que representa 82% do total e que é fundamentalmente composto pela quantia escriturada do direito da concessão. De salientar, relativamente ao ativo

corrente, o aumento do valor líquido das contas a receber de clientes. Da faturação emitida em 2019 (1 069 milhares de Euros), foi recebido no próprio ano cerca de 86% desse valor, tendo ainda sido recebidos 145 mil Euros respeitantes a faturação de anos anteriores.

(Unid:Euros)

	Dívida de clientes	Ajustamentos perdas por imparidade	Dívida de clientes ajustada
Saldo em 01-01-2019	695.594	-630.917	64.676
[1] Faturação de 2019	1.069.210		1.069.210
[2] Recebimentos relativos a:			
faturação anterior a 2019	-145.238		-145.238
faturação de 2019	-919.423		-919.423
[3] Perdas por imparidade			
reconhecimento	0	-67.851	-67.851
reversões	-15.797	97.705	81.907
[4] Reconhecimento de incobrável	-346.055	346.055	0
[5] Correções de saldos / créditos c/c	-713		-713
Saldo a 31-12-2019	337.576	-255.008	82.568

O total do **passivo** da MPN, no montante de **27,7 milhões de Euros**, é fundamentalmente constituído pelos suprimentos realizados pela Parque EXPO até ao final de 2016, data em que a esta sociedade foi instruída pelo Estado para dotar a MPN dos meios financeiros para proceder ao seu saneamento financeiro (amortização total de dívida bancária e de dívida comercial em atraso) e fazer face a défices de exploração futuros. Os contratos dos suprimentos foram sendo prorrogados e os respetivos juros pagos até ao final de 2017. Após essa data, em virtude do processo de extinção da Parque EXPO e da sucessão da posição contratual para a DGTF, não foi ainda possível clarificar os termos deste financiamento. Não obstante, atenta a condição de a MPN apresentar **capitais próprios negativos de 8,6 milhões de Euros**, está em estudo uma operação harmónio que visa reestruturar o capital social e o capital próprio da sociedade, tendo subjacente a transformação dos suprimentos em instrumentos de capital próprio.

IV. Outras informações relevantes

A MPN não detém quaisquer ações próprias, nem foram concedidas quaisquer autorizações para a realização de negócios entre a sociedade e os seus administradores.

Não existem quaisquer sucursais da MPN.

No decurso dos primeiros meses de 2020, tem vindo a ser reportado, a nível nacional e internacional, um crescente número de casos de infeção das populações com o vírus Covid-19, tendo diversos governos, autoridades e agentes económicos, implementado um conjunto de iniciativas com impacto na mobilidade das populações e na economia global.

Os efeitos da disseminação deste surto pandémico estão a ser analisados pelas autoridades competentes, estando a ser implementadas diversas iniciativas com impacto na situação atual. Face à natureza das medidas já implementadas e eventuais futuras iniciativas, prevê-se que a economia nacional em geral será afetada significativamente pela pandemia, antevendo-se um cenário de recessão económica.

A MPN está a acompanhar em permanência a evolução da pandemia através dos órgãos competentes. Procurando minimizar os possíveis riscos associados à pandemia e, na sequência das recomendações da Direção-Geral da Saúde (DGS) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), a MPN implementou e implementará planos de contingência com o objetivo de garantir a segurança dos seus colaboradores, clientes e da comunidade em geral.

No entanto, face ao atual cenário de elevada incerteza e rápida evolução da pandemia, não é possível estimar, com razoável grau de confiança, os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade da sociedade, os quais, a existirem, é nossa convicção, não colocarão em causa a continuidade das suas operações.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de maio de 2020.

V. Agradecimentos

Tal como temos vindo a afirmar, os resultados alcançados por uma sociedade resultam da conjugação de um complexo de condições, de diferentes naturezas. Neste contexto, e pelo seu valioso contributo para o desempenho da sociedade, o CA expressa o seu profundo agradecimento às colaboradoras e colaboradores da MPN, pelo empenho, dedicação, competência e resiliência que demonstraram e que emprestam ao exercício das suas funções.

Da mesma forma, o CA expressa o seu agradecimento aos Órgãos Sociais pela disponibilidade demonstrada. Tendo presente a natureza e especificidade das suas funções, cumpre destacar o ROC/Fiscal Único, cujo profissionalismo, rigor, acompanhamento próximo e forma construtiva como desempenhou as suas funções, contribuíram certamente para o bom governo da sociedade.

O CA agradece igualmente à DGTF, na qualidade de representante do principal acionista da sociedade, pela confiança demonstrada. A MPN contou ainda com a colaboração do Ministério do Ambiente e da Ação Climática (através do Gabinete da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza e, já no contexto da atual legislatura, do Gabinete do Secretário de Estado da Mobilidade), e do Ministério das Finanças, em particular do Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro, cuja disponibilidade e apoio muito se agradece.

Finalmente, uma palavra de público agradecimento a todos os clientes e entidades parceiras pela confiança que depositaram na MPN.

A todas e a todos, muito OBRIGADO!

VI. Proposta de Aplicação de Resultados

As demonstrações financeiras relativas ao exercício concluído em 31 de dezembro de 2019 evidenciam um resultado líquido negativo de 1 225 340,42 Euros.

Nos termos previstos na alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º e para efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 376.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais (CSC), o CA propõe que o resultado líquido apurado no exercício de 2019 seja mantido em resultados transitados.

Lisboa, 27 de maio de 2020

O Conselho de Administração



André Filipe Fernandes



Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus

VII. Cumprimento das Orientações Legais

As instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2019, constantes do Ofício n.º 770, de 11 de março de 2020 da DGTF, estabelecem que o Relatório de Gestão deve integrar um capítulo autonomizado relativo ao cumprimento das orientações legais, pelo que se procede no presente capítulo à referida divulgação.

1. Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento

Através do Ofício-Circular n.º 4219, de 14 de agosto de 2018, a DGTF remeteu às Empresas Públicas Reclassificadas (EPR) as instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) onde foram explicitadas as orientações vigentes para o Setor Empresarial do Estado (SEE) que os Planos de Atividades e Orçamentos (PAO) deveriam respeitar, nomeadamente:

- i) A adoção de estratégias de maximização das receitas mercantis;
- ii) A manutenção de políticas de redução de custos;
- iii) O cumprimento das normas relativas ao programa de redução de prazos de pagamentos a fornecedores de bens e serviços e à redução do volume dos "pagamentos em atraso";
- iv) A adoção de estratégias de redução do endividamento e dos encargos financeiros associados;
- v) Prosseguir a política de ajustamento dos seus quadros de pessoal, tendente a adequá-los às efetivas necessidades de uma organização eficiente.

Como princípios financeiros de referência para 2019, as projeções económico-financeiras deveriam contemplar medidas de otimização de desempenho, procurando obter ganhos de produtividade, que se traduzissem em resultados líquidos positivos, tendo em conta as seguintes indicações:

- Garantir em 2019 que o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios fosse igual ou inferior ao estimado para 2018;
- Em 2019, deveriam ser iguais ou inferiores aos montantes estimados para 2018 os seguintes gastos:
 - Com pessoal;
 - Conjunto de encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como os associados à frota automóvel;
 - Conjunto dos encargos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria.

Adicionalmente, em matéria de recursos humanos, foi observado que as empresas do SEE deveriam prosseguir uma política de ajustamento dos seus quadros de pessoal, adequando-os às efetivas necessidades de uma organização eficiente. Assim, foi estabelecido que um aumento do número de trabalhadores só poderia ocorrer, desde que expressamente autorizados no ato de aprovação do PAO.

Por último, relativamente ao endividamento, a orientação foi de que os IPG deveriam refletir, preferencialmente, uma política de redução do endividamento das empresas públicas, ficando o mesmo, em caso de crescimento, limitado a 2%.

Dando cumprimento ao n.º 6 do artigo 39.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE), o CA da MPN aprovou em reunião realizada no dia 20 de agosto de 2018 uma proposta de PAO cujo horizonte temporal se encontrava limitado ao período de 2019 por não ter sido possível conciliar o calendário de elaboração do PAO 2019 com o processo de elaboração de um documento de orientação estratégica que o novo Conselho de Administração eleito havia iniciado. Essa proposta de PAO suportou, simultaneamente, o projeto de orçamento, no âmbito dos trabalhos de preparação do OE para 2019, solicitado pela Direção-Geral do Orçamento (DGO), através da Circular Série A n.º 1390, datada de 08 de agosto de 2018.

Essa proposta de PAO foi objeto de despacho por parte de S. Exa. o Secretário de Estado do Tesouro (SET), em 08 de janeiro de 2019, no qual foi expressa a concordância com a conclusão constante no Relatório de Análise n.º 2/UTAM/2019 da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), de 04 de janeiro de 2019, e que considerava que o PAO não estava em condições de merecer a aprovação do SET em virtude de a proposta não contemplar um conjunto de fundamentações e de autorizações.

Visando colmatar as observações da UTAM, foi elaborada uma Versão Revista do PAO 2019, cujo aprovação pelo CA da MPN ocorreu em 18 de fevereiro de 2019, e na qual se apresentou a fundamentação necessária para a previsão de aumento do número de trabalhadores em 1 efetivo e para o aumento dos gastos com pessoal em cerca de 7 mil Euros, bem como a apresentação de: i) uma memória justificativa para a estimativa de obtenção de resultado líquido e de EBIT negativo; ii) uma proposta de estratégia para repor a viabilidade económica e financeira.

Na sequência da opinião favorável por parte da UTAM expressa no Relatório de Análise n.º 36/UTAM/2019, de 01 de março da UTAM, o SET deu parecer favorável (Despacho n.º 180/19, de 13 de março) para que o PAO pudesse ser aprovado em Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 04 de julho de 2019.

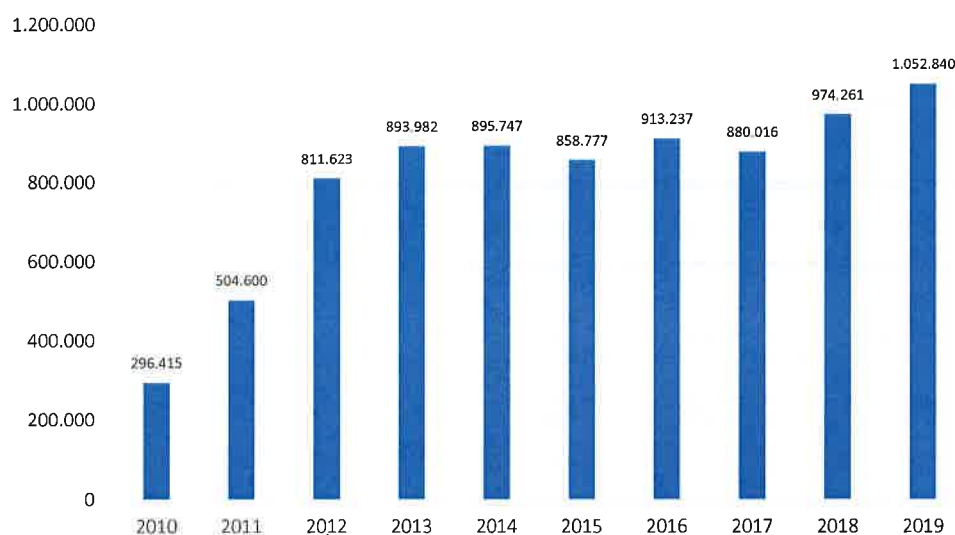
A MPN norteou a sua atividade com vista a tentar cumprir as supramencionadas orientações determinadas pelo principal acionista.

A aferição do grau de cumprimento relativamente às orientações relacionadas com as matérias de redução/otimização de gastos operacionais, endividamento, prazo médio de pagamentos e ajustamento de recursos humanos, são abordadas em pontos subsequentes deste capítulo. Neste ponto é dado enfoque à questão da maximização das receitas mercantis e ao grau de execução do orçamento na ótica da receita e despesa pública aprovado no âmbito do OE para 2019.

Maximização de receitas

A MPN projetou, no seu PAO, um VN de 1 051 milhares de Euros, tendo obtido pela primeira vez, não só um VN superior ao milhão de Euros, mas também superando a meta orçamental (1 053 milhares de Euros).

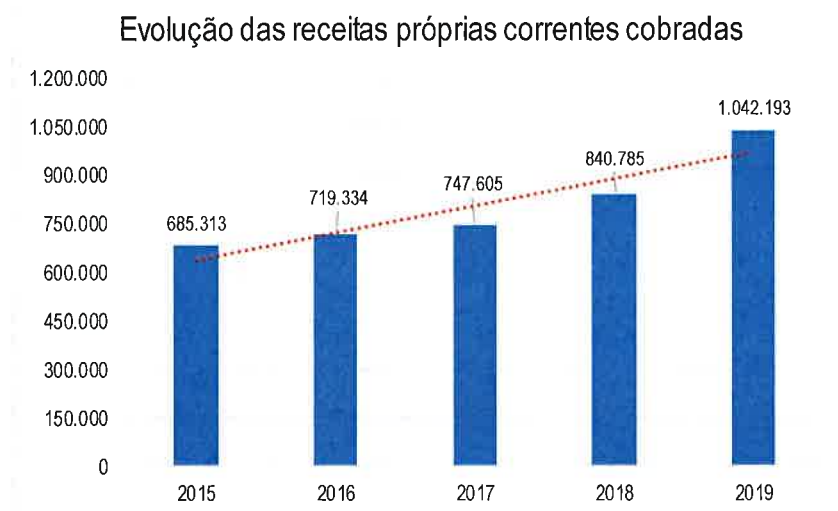
Evolução do volume de negócios desde a Reoperacionalização da Marina



Para tal muito contribuiu o aumento da procura verificada ao longo de 2019, tanto por parte do segmento das embarcações visitantes de bandeira estrangeira, como de embarcações de recreio nacionais afetas às atividades marítimo-turísticas, que

proporcionou um aumento de 15,5% dos rendimentos associados à atividade náutica (estadias no porto de recreio, terrapleno e serviços de apoio).

Em linha com a tendência evidenciada na evolução do VN, assinala-se, numa perspetiva de tesouraria, a evolução das receitas próprias correntes cobradas desde que a MPN passou a constar da lista de entidades da Administração Central que integram o perímetro das Administrações Públicas para efeitos do OE e a reportar os dados da sua execução orçamental à DGO.



Grau de execução do Orçamento para 2019 da MPN

A proposta de orçamento carregada no SIGO/SOE da DGO refletiu a previsão de receita e despesa constante na versão aprovada do PAO para 2019, atento o calendário dos trabalhos para a preparação do OE. As previsões de receita e dotações iniciais de despesa da MPN, que constam na versão aprovada do OE para 2019, não sofreram qualquer alteração à proposta submetida pela MPN em agosto de 2018.

Apresenta-se o quadro síntese de receitas e despesas na ótica da contabilidade orçamental que evidencia o grau de execução do orçamento da MPN:

Orçamento de Receita 2019

Classificação económica	Previsões iniciais	Previsões corrigidas	Receita liquidadas	Receitas anuladas	Receitas cobradas totais	Receita por cobrar no final do período	Desvio e Grau de execução face à previsão inicial		Desvio e Grau de execução face à previsão corrigida	
	[1]	[2]			[3]		[4] = [3] - [1]	[3] / [1]	[5] = [3] - [2]	[3]/[2]
FF.513 - Receita própria do ano com outras origens										
07 Venda de bens e serviços correntes	1.020.176	1.040.813	1.070.470	387.069	1.040.810	338.477	20.634	33%	-3	100%
07 01 Venda de bens	58.386	12.792	12.996	411	12.791	13	-45.595	0%	-1	100%
07 02 Serviços	713.498	820.372	857.678	54.510	820.371	117.737	106.873	17%	-1	100%
07 03 Rendas	248.292	207.649	199.796	332.148	207.648	220.727	-40.644	89%	-1	100%
08 Outras receitas correntes	0	1.384	1.383	0	1.383	0	1.383	—	-1	100%
08 01 Outras	0	1.384	1.383	0	1.383	0	1.383	—	-1	100%
16 Saldo da gerência anterior	762.906	0	0	0	0	0	-762.906	0%	0	—
16 01 Saldo orçamental	762.906	0	0	0	0	0	-762.906	0%	0	—
Subtotal de receita FF513										
	1.783.082	1.042.197	1.071.853	387.069	1.042.193	338.477	-740.889	19%	-4	100%
FF.522 - Saldos de receitas próprias transitados com outras origens										
16 Saldo da gerência anterior	0	3.484.232	3.484.232	0	3.484.232	0	3.484.232	—	0	100%
16 01 Saldo orçamental	0	3.484.232	3.484.232	0	3.484.232	0	3.484.232	—	0	100%
Subtotal de receita FF522										
	0	3.484.232	3.484.232	0	3.484.232	0	3.484.232	—	0	100%
Total de receita										
	1.783.082	4.526.429	4.556.085	387.069	4.526.425	338.477	2.743.343	19%	-4	100%

Orçamento de Despesa 2019

Classificação económica	Dotações	Dotações	Compromissos	Despesas	Dotação não	Compromissos	Desvio e Grau de		Desvio e Grau de	
	Iniciais	corrigidas	assumidos	pagas totais	comprometida	por pagar no	execução face à		execução face à	
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5] = [2] - [3]	[6] = [3] - [4]	[7] = [4] - [1]	[4] / [1]	[8] = [4] - [2]	[4] / [2]
FF.513 - Receita própria do ano com outras origens										
01 Despesas com o pessoal	344.198	344.198	299.788	289.358	44.410	10.430	-54.840	84%	-54.840	84%
01.01 Remunerações certas e permanentes	271.443	271.443	237.350	231.517	34.093	5.833	-39.926	85%	-39.926	85%
01.02 Abonos variáveis ou eventuais	5.850	5.850	5.543	5.228	307	315	-622	89%	-622	89%
01.03 Segurança Social	66.905	66.905	56.895	52.613	10.010	4.282	-14.292	79%	-14.292	79%
02 Aquisição de bens e serviços	782.530	883.150	667.301	631.134	215.849	36.167	-151.396	81%	-252.016	71%
02.01 Aquisição de bens	72.398	75.272	49.395	35.213	25.877	14.182	-37.185	49%	-40.059	47%
02.02 Aquisição de serviços	710.132	807.878	617.906	595.921	189.972	21.985	-114.211	84%	-211.957	74%
03 Juros e outros encargos	511.727	394.348	2.162	2.162	392.186	0	-509.565	0%	-392.186	1%
03.01 Juros da dívida pública	507.827	390.448	0	0	390.448	0	-507.827	0%	-390.448	0%
03.06 Outros encargos financeiros	3.900	3.900	2.162	2.162	1.738	0	-1.738	55%	-1.738	55%
06 Outras despesas correntes	144.627	161.386	116.560	116.560	44.826	0	-28.067	81%	-44.826	72%
06.02 Diversas	144.627	161.386	116.560	116.560	44.826	0	-28.067	81%	-44.826	72%
Subtotal de receita FF513	1.783.082	1.783.082	1.085.811	1.039.214	697.271	46.597	-743.868	58%	-743.868	58%
FF.522 - Saldos de receitas próprias transitados com outras origens										
02 Aquisição de bens e serviços	0	242.250	191.680	191.680	50.570	0	191.680	---	-50.570	79%
02.02 Aquisição de serviços	0	242.250	191.680	191.680	50.570	0	50.570	---	-50.570	79%
06 Outras despesas correntes	0	147.026	147.026	147.026	0	0	147.026	---	0	100%
06.02 Diversas	0	147.026	147.026	147.026	0	0	147.026	---	0	100%
Subtotal de receita FF522	0	389.276	338.706	338.706	50.570	0	338.706	---	-50.570	87%
Total de despesa	1.783.082	2.172.358	1.424.517	1.377.920	747.841	46.597	-405.162	77%	-794.438	63%
Resumo Global (FF.513+FF.522)										
01 Despesas com o pessoal	344.198	344.198	299.788	289.358	44.410	10.430	-54.840	84%	-54.840	84%
02 Aquisição de bens e serviços	782.530	1.125.400	858.981	822.814	266.419	36.167	40.284	105%	-302.586	73%
03 Juros e outros encargos	511.727	394.348	2.162	2.162	392.186	0	-509.565	0%	-392.186	1%
06 Outras despesas correntes	144.627	308.412	263.586	263.586	44.826	0	118.959	182%	-44.826	85%
	1.783.082	2.172.358	1.424.517	1.377.920	747.841	46.597	-405.162	77%	-794.438	63%

Dos dados apresentados, salienta-se os seguintes aspetos:

- O montante global de despesa previsto para 2019 foi de 2 172 milhares de Euros, cabendo 1 778 milhares de Euros à componente operacional (82%) e 394 milhares de Euros à componente financeira (18%).
- O montante global de despesa paga em 2019 foi de 1 378 milhares de Euros, correspondendo a um grau de execução de 63%. Este grau de execução encontra-se fortemente influenciado por não se ter verificado o pagamento de juros associados a contratos de suprimentos. Tendo apenas como referência as despesas de natureza não financeira, constata-se que o grau de execução foi de aproximadamente 77% (despesas pagas / dotações corrigidas (sem juros) = 1 376 / 1 778 milhares de Euros).
- A despesa global foi orçamentada tendo subjacente duas fontes de financiamento: receitas próprias a cobrar em 2019 (1 020 milhares de Euros) e saldos transitados de receitas próprias (763 milhares de Euros), refletindo uma distribuição 57% - 43% respetivamente.
- As receitas próprias cobradas em 2019 ascenderam a 1 042 milhares de Euros, correspondendo a um grau de execução de 102% da previsão inicial de receitas próprias.

- Confrontando o total de despesa paga (1 378 milhares de Euros) com o total de receita própria cobrada (1 042 milhares de Euros), conclui-se que a MPN recorreu a cerca de 336 milhares de Euros de saldo transitado de receitas próprias ("saldo de gerência"), valor que corresponde apenas a cerca de 44% do inicialmente previsto como necessário.
- No final de 2019, a MPN transita com um saldo de gerência da ordem dos 3,1 milhões de Euros, saldo esse cuja origem remonta a 2016, data em que a Parque EXPO, acionista à altura, realizou suprimentos com vista ao saneamento financeiro da MPN, e que possibilitou que a empresa ficasse com excedentes de tesouraria da ordem dos 3,7 milhões de Euros no final de 2017.

2. Gestão do Risco Financeiro

No âmbito do processo de liquidação do anterior acionista maioritário (Parque EXPO), a MPN foi dotada, por via de suprimentos, dos meios financeiros necessários para proceder ao seu saneamento financeiro, nomeadamente: (i) amortização total do financiamento bancário; (ii) regularização de dívidas operacionais vencidas; (iii) excedente de tesouraria para fazer face a défices de exploração futuros e a eventuais obrigações contingentes.

Pelo explicitado acima, a MPN passou, a partir de 2016, a ter exclusivamente como instrumento de financiamento os suprimentos realizados pelo acionista maioritário.

Unid: Euros

Instrumento de financiamento	2019	2018	2017	2016	2015
Dívida bancária	0	0	0	0	14.000.000
Suprimentos	25.043.486	25.043.486	25.043.486	25.043.486	4.892.307
Sistema de Incentivo (SIVETUR)	0	0	0	51.111	153.333
Total	25.043.486	25.043.486	25.043.486	25.094.597	19.045.640

Os contratos de suprimentos foram originalmente celebrados com a Parque EXPO e foram sendo objeto de sucessivas renovações até a 31 de dezembro de 2017, data em que as renovações cessaram. De acordo com os termos definidos no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 67/2018, de 18 de agosto, o Estado, através da DGTF, sucedeu à Parque EXPO em todas as relações jurídicas contratuais que esta integrava à data da sua extinção, pelo que a DGTF passou a ser acionista da MPN e simultaneamente contraparte dos contratos de suprimento. No decurso de 2018 e 2019, os contratos não foram renovados, razão pela qual não ocorreu qualquer pagamento de juros.

Anos	2019	2018	2017	2016	2015
Encargos Financeiros (€)	0	0	512.899	276.561	183.592
Taxa Média de Financiamento (%)	0%	0%	2,0%	1,5%	1,0%

3. Limite de Crescimento do Endividamento

Conforme referido anteriormente, o financiamento remunerado da MPN é composto exclusivamente pelos suprimentos realizados pelo acionista maioritário, cujo valor não sofre alteração desde o final de 2016.

Passivo Remunerado	2019	2018	Variação 19/18	
	Valores (€)		Valor	%
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	25.043.486	25.043.486	0	0,0%
- do qual concedido pela DGTF	25.043.486	25.043.486	0	0,0%
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	n.a.
Aumentos de Capital por conversão créditos	0	0	0	n.a.

Novos investimentos	0
---------------------	---

4. Prazo Médio de Pagamento

Em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, que aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, de 13 de abril, apresenta-se a informação sobre o prazo médio de pagamento a fornecedores verificado em 2019, a qual traduz uma redução relativamente ao verificado em 2018.

PMP	2019	2018	Variação 19/18	
			Valor	%
Prazo (dias)	25	44	-19	-43,2%

Divulgação de atrasos nos pagamentos (“arrears”)

No final de 2019 não existia qualquer dívida vencida.

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	0	0	0	0	0
Aq. de Capital	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0

5. Resultados Obtidos Face às Recomendações do Acionista

Na Assembleia de Geral de 04 de julho de 2019, o acionista maioritário Estado aprovou o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2018, tendo expressado as seguintes recomendações:

“(…) que diligencie no sentido de:

- i) Garantir que nos próximos exercícios as contas sejam apresentadas em SNC-AP;
- ii) Dar cumprimento ao disposto no n.º 1 e na alínea c) do n.º 3 do artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho;
- iii) Apresentar o Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção relativo ao exercício de 2018 nos termos do n.º 1 art.º 46.º do D.L. n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Deve ainda a empresa assegurar simultaneamente o cumprimento genérico do conjunto das orientações legais e das instruções que lhe sejam aplicáveis.”

Face à exiguidade de meios humanos com que a MPN opera, não foi ainda possível assegurar a elaboração e apresentação de relatório anual sobre prevenção de corrupção. Relativamente à apresentação de contas de acordo com o normativo SNC-AP, tal como referido no terceiro capítulo deste relatório, as contas de 2019 ainda são apresentadas de acordo com o SNC. Está, contudo, em curso a implementação de um sistema de informação de gestão (Primavera Public Sector), sendo expectável que as contas do exercício de 2020 sejam apresentadas de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP.

Nos pontos 13 e 14 deste capítulo consta informação detalhada relativa ao cumprimento no que é disposto no n.º 1 e na alínea c) do n.º 3 do artigo 158.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho.

6. Remunerações

6.1 Órgãos sociais

6.1.1 Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2018-2020	Presidente	Dino Jorge Ramos dos Santos	500,00	500,00
2018-2020	Secretário	Paula Maria Marques Serralheiro da Costa Agostinho	350,00	350,00
				850,00

6.1.2 Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2018-2020	Presidente	André Filipe Fernandes	AG	27-04-2018	N	-	D	1
2018-2020	Vogal Não Executivo	Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus	AG	21-11-2018	N	-	D	1
2018-2020	Vogal Não Executivo	António José Teixeira Souta (*)	AG	27-04-2018	N	-	D	1

(*) Cessou funções em 20-11-2018

(1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no n.º 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
André Filipe Fernandes	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa	Professor Auxiliar Convitado*	Público
Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus	Junta de Freguesia dos Olivais	Presidente	Público

* Função exercida até julho de 2018, autorizada por Despacho Conjunto do Secretário de Estado do Tesouro e da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e Conservação da Natureza.

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
André Filipe Fernandes	S	C	4.578,20	1.831,28
Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus	S	C	915,64	0,00

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)					Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)		
				Referente a 2019	Referente a 2018	
André Filipe Fernandes	86.070,16	0,00	86.070,16	4.303,46	2.925,58	78.841,12
Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus	12.818,96	0,00	12.818,96	640,92	73,00	12.105,04
			98.889,12	4.944,38	2.998,58	90.946,16

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Conforme indicado no Relatório de Gestão do ano transato, as remunerações processadas aos membros do CA eleitos nas Assembleias Gerais de 27 de abril de 2019 e 21 de novembro de 2019 não foram sujeitas à redução prevista na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho. Detetada a inconformidade, a situação foi prontamente regularizada. No caso dos membros em funções, no processamento salarial de março de 2019 com o acerto/regularização das verbas processadas em excesso, e, no caso do administrador que cessou funções em novembro de 2018, com a devolução das verbas líquidas recebidas a mais.

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
André Filipe Fernandes	7,35	1.719,90	SEG. SOCIAL	18.724,77	758,34	1.092,38	NA	0,00
Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus	NA	0,00	SEG. SOCIAL	2.874,93	0,00	0,00	NA	0,00
		1.719,90		21.599,70	758,34	1.092,38		0,00

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura [€]	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal [€]	Gasto Anual com Rendas [€]	Prestações Contratuais Remanescentes
André Filipe Fernandes	N	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0,00	NA
Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus	N	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0,00	NA

(1) aquisição; ALD; Leasing ou outra

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens (£)
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		
				Identificar	Valor	
André Filipe Fernandes	50,49	0,00	19,92	---	0,00	70,41
Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus	0,00	0,00	0,00	---	0,00	0,00
						70,41

Não atribuição de prémios de gestão

Não foram atribuídos quaisquer prémios de gestão aos membros do órgão de gestão da MPN no ano de 2019.

6.1.3 Fiscal Único / Revisor Oficial de Contas

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2018 -2020	Fiscal Único Efetivo	Pontes, Baptista & Associados, Lda representada por Luis Fernando da Costa Baptista	209	20161505	AG	27-04-2018	08-01-2019	---	1
2018 -2020	Fiscal Único Suplente	Sérgio Leonel Pinto da Costa Pontes	1180	20160792	AG	27-04-2018	---	---	1

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D).

Nome ROC/FU	Serviços - 2019 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 20198 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Pontes, Baptista & Associados, Lda representada por Luís Fernando da Costa Baptista	9.600,00	0,00	9.600,00	---	0,00	0,00	0,00

Nota: Os valores apresentados dizem respeito aos serviços, inerentes ao exercício das funções de ROC, prestados em 2019 (12 prestações de mensais de 800 €). Os honorários respeitantes a 2018 (período maio a dezembro), no montante de 6.400 € (8 x 800 €) apenas foram faturados em janeiro de 2019 e pagos em fevereiro de 2019. Contabilisticamente os honorários foram reconhecidos como gastos de 2018 por via da aplicação do princípio do acréscimo.

7. Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público

Nos termos do disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público (EGP), os membros do CA não utilizam cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento na realização de despesas ao serviço da sociedade, não tendo por isso sido reembolsado de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas pessoais.

Da aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do EGP apresentam-se ainda os gastos associados a comunicações e a viaturas:

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações(€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
André Filipe Fernandes	80,00	0,00	---
Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus	0,00	0,00	---
		0,00	

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
André Filipe Fernandes	457,82	0,00	0,00	0,00	---
Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus	0,00	0,00	0,00	0,00	---
				0,00	

8. Despesas não documentadas

Em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11º do EGP não foram realizadas quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

9. Relatório Sobre Remunerações por Género

Nos termos do n.º 2 da RCM n.º 18/2014, de 7 de março, foi elaborado o relatório sobre remunerações por género, com base nos dados das colaboradoras e colaboradores em funções a 31 de dezembro de 2018. Ainda de acordo com estabelecido neste diploma, o relatório foi divulgado a todas as colaboradoras e colaboradores, estando a sua disponibilização no sítio da Internet da empresa (www.marinaparquedasnacoes.pt) prevista no contexto do processo de adaptação e atualização dos conteúdos do sítio, a concretizar no decurso do corrente ano.

10. Relatório Anual Sobre Prevenção da Corrupção

Dada a exiguidade de meios humanos disponíveis ainda não foi possível à MPN levar a cabo a elaboração da sua Política de Gestão de Riscos de Corrupção e de Infrações Conexas e de Conflitos de Interesses, na qual deverão ser estabelecidas as regras e procedimentos referentes à comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

11. Contratação Pública

Por se encontrar em regime concorrencial, a MPN não se encontra abrangida pelas normas de contratação pública nos termos do disposto no artigo 2.º, n.º 2, al. a), i) – Entidades Adjudicantes do Código dos Contratos Públicos.

Para aquisições de bens e serviços os princípios gerais em vigor definem que deverão ser objeto de uma consulta prévia ao mercado. A consulta prévia deve ser documentada e abranger, pelo menos, três fornecedores de reconhecida idoneidade, sendo que para os mesmos bens ou serviços, as novas consultas deverão contemplar, sendo possível, um novo fornecedor ainda não consultado. Na proposta para a aquisição de bens e serviços são mencionados todos os dados que possibilitem a tomada de decisão de contratar, nomeadamente: justificação da necessidade de contratar, do ponto de vista económico e sobre a ausência de soluções internas, explicação dos objetivos que se pretendem alcançar, descrição do processo de seleção e critérios que presidiram à seleção da entidade a contratar e referência a todos os custos direta ou indiretamente relacionados com a aquisição a contratar.

A aprovação interna das despesas é efetuada de acordo com a delegação de competências, sendo que a formalização da despesa é sempre reduzida a escrito através de nota de encomenda.

Os procedimentos adotados pela MPN em matéria de aquisição de bens e serviços obrigam, assim, a que se tenham sempre presentes os princípios da transparência dos processos, da igualdade de tratamento dos fornecedores e do respeito pelas regras da concorrência, obedecendo sempre a critérios de indispensabilidade, oportunidade, economicidade, razoabilidade, eficiência e eficácia.

Importa ainda referir que em 2019 não existiram atos nem foram celebrados contratos com valor superior a 5 milhões de Euros.

12. Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas e Parque de Veículos do Estado

A empresa não aderiu ao sistema nacional de compras públicas.

13. Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais

Nos termos do artigo 158.º do DLEO 2019, a MPN deveria apresentar um rácio dos gastos operacionais sobre o VN igual ou inferior ao verificado em 2018. Por uma décima, esta orientação não foi formalmente atingida (2018 – 99,8% / 2019 – 99,9%). O crescimento verificado no VN foi insuficiente para compensar o aumento dos gastos operacionais, o qual ficou essencialmente a dever-se ao reconhecimento, pela primeira vez, do gasto com a renda da concessão.

Ainda nos termos do artigo 158.º do DLEO 2019, as empresas do SPE deveriam assegurar que seriam iguais ou inferiores aos montantes registados em 2018, os seguintes gastos operacionais: (i) com pessoal; (ii) encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel, para além dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (que são abordados no ponto seguinte).

PRC	2019 Exec.	2019 Orç.	2018 Exec.	2017 Exec.	2019/2018	
					Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	-86.704	28.601	197.503	1.102.400	-284.207	-144%
(1) CMVMC	6.124	43.762	3.551	1.769	2.573	72%
(2) FSE	749.669	633.397	629.255	611.595	120.414	19%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	295.913	344.986	339.052	252.342	-43.139	-13%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	0	0	0	0	0	n.a.
(3.ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2019	0	0	0	0	0	n.a.
(3.iii) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dez.	0	0	0	0	0	n.a.
(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)	1.051.706	1.022.145	971.857	865.706	79.848	8%
(5) Volume de negócios (VN) ^{b)}	1.052.840	1.050.996	974.261	880.016	78.579	8%
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	99,9%	97,3%	99,8%	98,4%	0,1 p.p.	0%
(i) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	1.119	0	424	262	695	164%
(ii) Gastos com Ajudas de custo e Alojamento (G c/ Pessoal)	20	0	0	0	20	n.a.
(iii) Gastos associados à frota automóvel ^{c)}	9.048	15.006	22.277	22.698	-13.228	-59%
Total = (i) + (ii) + (iii)	10.187	15.006	22.700	22.961	-12.513	-55%
(7) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	6.450	6.168	4.700	1.950	1.750	37%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	10,3	11,0	10,2	9,0	0,2	2%
N.º Órgãos Sociais (OS)	5,0	5,0	4,7	4,0	0,3	7%
N.º Cargos de Direção (CD)	0,0	0,0	0,5	0,0	-0,5	-100%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	5,3	6,0	5,0	5,0	0,3	7%
N.º Trabalhadores/N.º CD	n.a.	n.a.	10,0	n.a.	n.a.	n.a.
N.º de viaturas	1	1	1,8	2	-0,8	-45%

a) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com pessoal) não são considerados os gastos com as indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na LOE 2019.

b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias.

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneus, taxas e impostos.

Nota: A apresentação em forma decimal do n.º de trabalhadores e do n.º de viaturas resulta da ponderação do fator tempo (n.º de meses no ano).

Conforme evidenciado na tabela anterior, a MPN cumpriu o disposto nas alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 158.º do DLEO 2019, ao ter incorrido em 2019, em gastos com pessoal e no conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel, num montante inferior ao registado em 2018.

Verificou-se no início de setembro de 2019, a admissão de um novo trabalhador, para o exercício de funções de planeamento e controlo de gestão, estando essa admissão autorizada no âmbito da aprovação do PAO 2019 através do Despacho do SET n.º 180/2019.

14. Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria

No que concerne aos gastos com estudos, pareceres, projetos e consultoria, atenta a diminuta expressão dos mesmos, verificou-se um ligeiro aumento expresso nas necessidades de contratação de serviços aqui identificadas:

Serviços relativos a estudos, pareceres, projetos e consultoria	2019 Exec.	2018 Exec.	Justificação da necessidade da contratação
Assessoria jurídica	3.900	3.900	Ausência de jurista no quadro de pessoal
Projeto de Estruturas e Instalações Técnicas	2.400	0	Cumprimento de regras de licenciamento
Consultoria para Elaboração e Submissão do MIRR	150	0	Cumprimento de obrigação legal
Assessoria técnica para aferir a compatibilidade do sítio da Internet da MPN com o RGPD	0	800	Cumprimento de obrigação legal
Total	6.450	4.700	

15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Nos termos do n.º 5 do artigo 104.º do DLEO 2018, o IGCP proferiu despacho de autorização no sentido excepcionar a MPN do cumprimento da UTE, para os anos de 2018 e 2019, relativamente a garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados, razão pela qual a MPN ainda possui conta bancária em outra instituição bancária que não o IGCP.

No final de 2019, cerca de 99,97% das disponibilidades da MPN encontravam-se centralizadas no IGCP conforme evidenciado na tabela seguinte:

Banca Comercial*	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
IGCP	3.478.003	3.333.250	3.318.273	3.140.654
Millenium BCP	132	1.060	1.060	858
Total	3.478.135	3.334.311	3.319.333	3.141.511
Juros auferidos**	0	0	0	0

* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.

** - Identificar os juros auferidos (em termos acumulados, desde 1-1-2016) de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da BC

16. Auditorias do Tribunal de Contas

Não houve nenhuma auditoria conduzida pelo Tribunal de Contas à empresa nos últimos 3 anos.

17. Informação constante do Sítio do Setor Empresarial do Estado

À data da elaboração deste relatório a única informação constante no sítio do SEE era a indicação do capital social da sociedade (984.052,32 Euros), o valor nominal da participação detida pela DGTF (979.839,12 Euros) e respetiva percentagem correspondente (99,57%).

18. Sistematização da Informação quanto ao Cumprimento das Orientações Legais

Cumprimento das Orientações legais - 2019	Cumprimento	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/N.A.		
Objectivos de Gestão ^(a)			
Maximização de receitas	S	O VN cresceu 8% face a 2018. Correspondeu a 100,2% do orçamentado	Ponto VI. 1.
Metas a Atingir constantes no PAO 2010			Ponto VI. 1.
Princípios Financeiros de Referência	N	EBITDA negativo e o rácio Peso dos gastos oper./VN piorou	
Investimento	N/A		
Gastos com pessoal	S	Redução de 13% face a 2018	
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	-	Grau de cumprimento: receita (100%); despesa (63%)	Ponto VI. 1.
Gestão do Risco Financeiro	S	Taxa média de financiamento = 0%	Ponto VI. 2.
Limites de Crescimento do Endividamento	S	Var. Endividamento = 0 €	Ponto VI. 3.
Evolução do PMP a fornecedores	S	Variação do PMP: - 19 dias	Ponto VI. 4.
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	Total de "Arrears" em 31-dez: 0 €	Ponto VI. 4.
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			Ponto VI. 5.
Apresentação de contas em SNC-AP	N		
Redução do conjunto de gastos com comunicações, deslocações e com viaturas	S	ver ponto VI. 13.	
Apresentação de Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção	N		
Remunerações			Ponto VI. 6.
Não atribuição de prémios de gestão	S		
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2019 (se aplicável)	S	Redução de 4.944,38 €	
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2019 (se aplicável)	N/A		
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2019 (se aplicável)	N/A		
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP			Ponto VI. 7
Não utilização de cartões de crédito	S		
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		
Despesas não documentadas ou confidenciais (n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP)			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		Ponto VI. 8.
Promoção da Igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S		Ponto VI. 9.
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	N		Ponto VI. 10. Ponto VI. 11.
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	N/A		
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N/A		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N/A		
Auditorias do Tribunal de Contas ^(b)			
Recomendações	N/A		Ponto VI. 16.
Parque Automóvel			
N.º de Viaturas	S	Variação (em n.º médio) = -0,8 viaturas	Ponto VI. 13.
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	S		Ponto VI. 13.
Contratação de estudos, pareceres, projectos e consultoria (artigo 49.º do DLEO 2019)	N		Ponto VI. 14.
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	99,97% disponibilidades junto no IGCP em 31-dez	Ponto VI. 15.
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	Saldo em 31 de dezembro: 858 €	Ponto VI. 15.
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	Não foram auferidos juros	Ponto VI. 15.

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



I. Balanço

Marina do Parque das Nações, S.A.

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

		montantes expressos em Euros	
	Notas	31 Dez 2019	31 Dez 2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	9.430,34	13.818,38
Ativos intangíveis	5	14.537.578,80	15.148.446,16
Outros investimentos financeiros		99,92	
		<u>14.547.109,06</u>	<u>15.162.264,54</u>
Ativo corrente			
Inventários	8	6.577,08	4.338,55
Clientes	7/12	82.568,06	64.676,40
Estado e outros entes públicos	12/15	14.193,58	16.188,41
Outros créditos a receber	12	46.957,22	55.813,93
Diferimentos	15	6.576,72	7.502,94
Caixa e depósitos bancários	3	3.142.207,10	3.424.051,59
		<u>3.299.079,76</u>	<u>3.572.571,82</u>
Total do ativo		<u>17.846.188,82</u>	<u>18.734.836,36</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	4	984.052,32	984.052,32
Outros instrumentos de capital próprio		1.557.584,08	1.557.584,08
Resultados transitados		(11.396.018,54)	(10.366.511,45)
Ajustamentos / outras variações no capital próprio		275.810,12	283.366,55
Resultado líquido do período		(1.225.340,42)	(1.027.313,28)
Total do capital próprio		<u>(9.803.912,44)</u>	<u>(8.568.821,78)</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivos por impostos diferidos	2	80.073,87	82.267,68
		<u>80.073,87</u>	<u>82.267,68</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	12	36.302,38	67.751,41
Estado e outros entes públicos	15	19.343,99	14.676,00
Financiamentos obtidos	4/12	25.043.485,73	25.043.485,73
Outras dívidas a pagar	4/12	1.273.641,61	696.079,22
Diferimentos	15	1.197.253,68	1.399.398,10
		<u>27.570.027,39</u>	<u>27.221.390,46</u>
Total do passivo		<u>27.650.101,26</u>	<u>27.303.658,14</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>17.846.188,82</u>	<u>18.734.836,36</u>

O Contabilista Certificado

Francisco Roqueira

A Administração

[Assinatura]

[Assinatura]

II. Demonstração dos Resultados por Naturezas

Marina do Parque das Nações, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

montantes expressos em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 Dez 2019	31 Dez 2018
Vendas e serviços prestados	9	1,052,839,53	974,260,57
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(6,123,78)	(3,550,72)
Fornecimentos e serviços externos	15	(749,668,90)	(629,254,59)
Gastos com o pessoal	15	(295,912,91)	(339,051,99)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	7	14,056,31	(122,497,26)
Provisões (aumentos / reduções)	11		313,477,97
Outros rendimentos	15	110,838,05	12,663,79
Outros gastos	15	(212,732,51)	(8,545,16)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(86,704,21)	197,502,61
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5/6	(631,579,20)	(713,624,64)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(718,283,41)	(516,122,03)
Juros e rendimentos similares obtidos		811,57	
Juros e gastos similares suportados	4	(508,582,02)	(508,853,70)
Resultado antes de impostos		(1,226,053,86)	(1,024,975,73)
Imposto sobre o rendimento do período		713,44	(2,337,55)
Resultado líquido do período		(1,225,340,42)	(1,027,313,28)

O Contabilista Certificado

A Administração

III. Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Marina do Parque das Nações, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

montantes expressos em Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE						Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Outros Instrumentos de capital próprio	Resultados transferidos	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2018	1	984.052,32	1.557.584,08	-10.277.003,67	290.922,98	-129.416,81	-7.573.861,10	-7.573.861,10
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	0,00	0,00	-89.507,78	-7.556,43	129.416,81	32.352,60	32.352,60
				-89.507,78	-7.556,43	129.416,81	32.352,60	32.352,60
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					-1.027.313,28	-1.027.313,28	-1.027.313,28
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3					-897.896,47	-994.960,68	-994.960,68
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DE 2018	6=1+2+3+5	984.052,32	1.557.584,08	-10.366.511,45	283.366,55	-1.027.313,28	-8.568.821,78	-8.568.821,78

Marina do Parque das Nações, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

montantes expressos em Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE						Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Outros Instrumentos de capital próprio	Resultados transferidos	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2019	1	984.052,32	1.557.584,08	-10.366.511,45	283.366,55	-1.027.313,28	-8.568.821,78	-8.568.821,78
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	0,00	0,00	-1.029.507,09	-7.556,43	1.027.313,28	-9.750,24	-9.750,24
				-1.029.507,09	-7.556,43	1.027.313,28	-9.750,24	-9.750,24
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					-1.225.340,42	-1.225.340,42	-1.225.340,42
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3					-198.027,14	-1.235.090,66	-1.235.090,66
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DE 2019	6=1+2+3+5	984.052,32	1.557.584,08	-11.396.018,54	275.810,12	-1.225.340,42	-9.803.912,44	-9.803.912,44

O Contabilista Certificado

A Administração

IV. Demonstração de Fluxos de Caixa

Marina do Parque das Nações, S.A.
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

montantes expressos em Euros

Notas	Período	
	31 Dez 2019	31 Dez 2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de Clientes	1.060.426,35	839.247,88
Pagamentos a Fornecedores	(944.776,19)	(697.630,83)
Pagamentos ao Pessoal	(264.477,08)	(323.026,73)
<i>Caixa gerada pelas operações</i>	<u>(148.826,92)</u>	<u>(181.409,68)</u>
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	(1.719,56)	(2.879,46)
Outros recebimentos/pagamentos	(131.298,01)	(125.193,34)
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</i>	<u>(281.844,49)</u>	<u>(309.482,48)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-	(7.800,00)
	-	(7.800,00)
	-	-
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</i>	<u>-</u>	<u>(7.800,00)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
	-	-
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</i>	<u>-</u>	<u>-</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	<u>(281.844,49)</u>	<u>(317.282,48)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.424.051,59	3.741.334,07
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4 <u>3.142.207,10</u>	3.424.051,59

O Contabilista Certificado

Francisco Roqueira

A Administração

[Signature]
[Signature]

V. Anexo às Demonstrações Financeiras

Introdução

Nos termos do n.º 1 do artigo 3.º e do 1.º do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro), a MPN passou a estar sujeita à aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) a partir de 01 de janeiro de 2018. Contudo, constatando limitações ao nível dos meios humanos e dos sistemas de informação, a Entidade assume que não foi possível assegurar de forma tempestiva a implementação integral do SNC-AP, em particular no que ao subsistema da contabilidade orçamental diz respeito, pelo que, nos termos da determinação de S. Exa. o Secretário de Estado do Orçamento (SEO), expressa no Aviso n.º 9/DGO/2019, de 18 de abril, atenta a Resolução 7/2018 do Tribunal de Contas, de 9 de janeiro de 2019 e a Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, de 15 de fevereiro de 2019 e finalmente aproveitando a prerrogativa do n.º 2 do artigo 316º da Lei n.º 2/2020 específica para o período de 2019, optou por efetuar a sua prestação de contas de acordo com o referencial contabilístico que lhe era anteriormente aplicável (i.e. SNC).

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial proposta pelo SNC. As notas cuja numeração não é mencionada não são aplicáveis à Empresa ou não são relevantes para a leitura das demonstrações financeiras.

1: Identificação da entidade e período de relato

Designação da firma: Marina do Parque das Nações – Sociedade Concessionária da Marina do Parque das Nações, S.A.

Sede da sociedade: Edifício da Capitania, Passeio de Neptuno 1990-193 Lisboa

Data de constituição: A Sociedade foi constituída por escritura pública em 4 de junho de 1996.

Natureza da atividade: O objeto social da MPN consiste na promoção da construção do porto de recreio, exploração e manutenção do estabelecimento da concessão.

2: Principais políticas contabilísticas

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis compreendem as embarcações, o equipamento administrativo e os outros ativos fixos tangíveis e encontram-se valorizados pelo custo histórico.

Ativos intangíveis

De acordo com a interpretação da International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) 12 "Acordos de Concessão de Serviços", os ativos reversíveis (infraestruturas) para o Estado no final do período de concessão devem ser reconhecidos como ativos intangíveis do concessionário, dado que o acordo de prestação contratual de serviços não confere ao concessionário o direito de propriedade e controle do uso das infraestruturas de serviço público. O concessionário deve reconhecer um ativo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito de cobrar um preço aos utentes do serviço público.

O investimento excecional e adicional assumido pela MPN no âmbito da solução técnica adotada para a operacionalização da Marina, para o efeito, no montante de 15.410.176 Euros, excedeu largamente o inicialmente previsto nos termos do contrato de Concessão. A concedente e a concessionária reconheceram a necessidade de proceder ao reequilíbrio financeiro da Concessão mediante outorga de um acordo de promessa de aumento do prazo de concessão em cerca de 30 anos.

A MPN optou por mensurar a concessão pelo justo valor e na determinação do valor em uso tomou-se em consideração o reequilíbrio da concessão mediante o aumento do prazo da concessão.

Contas a receber

Correspondem ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determinados para os quais não existe um mercado de cotações ativo.

Quando os valores são recuperáveis para além do prazo normal de recebimento e não vencem juros, procede-se ao respetivo desconto, tendo por base o risco inerente a cada um dos créditos, sendo a diferença para o valor nominal registada em resultados do exercício.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a MPN não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos ou com os prazos de pagamento estipulados. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como:

- Análise de incumprimento;
- Incumprimento há mais de 6 meses;
- Dificuldades financeiras do devedor;
- Probabilidade de falência do devedor.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Caixa e depósitos bancários

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses.

Rédito

O rédito compreende o justo valor líquido de descontos. O rédito é reconhecido como segue:

- Prestação de serviços: Os rendimentos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos quando são efetivamente prestados.

Loações

As locações são classificadas como locações operacionais se uma parcela significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse for retida pelo locador. Os pagamentos efetuados em locações operacionais são refletidos na Demonstração de Resultados.

Justo valor dos ativos e passivos

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. No caso de não existir um mercado ativo são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites, baseadas em pressupostos de mercado.

Passivos financeiros

A NCRF 27 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias:

- Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados
- Outros passivos financeiros

Os passivos financeiros ao justo valor por via de resultados incluem passivos não derivados com o objetivo de venda no curto prazo e os instrumentos financeiros derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de passivos mensurados ao justo valor através de resultados, são reconhecidos nos resultados do período.

Moeda estrangeira (países estrangeiros)

As operações em moeda estrangeira, relativas a contratos em que o câmbio não esteja fixado, são registadas ao câmbio em vigor nas datas das operações, sendo as respetivas diferenças registadas em resultados do exercício.

Cotações utilizadas

Na conversão dos movimentos de transações em moeda estrangeira foram utilizadas as taxas determinadas através do Euro para as moedas aderentes ou no caso de outras moedas, a cotação à data de 31 de dezembro de 2019.

Diferimentos

Nesta rubrica são registados os gastos incorridos e rendimentos que serão reconhecidos em exercícios futuros respeitando os requisitos exigidos pela periodização económica.

Impostos sobre lucros

A Empresa está sujeita ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) à taxa normal de 21%, acrescida de Derrama à taxa de 1,5%, conduzindo a uma taxa de imposto agregada máxima de 22,5%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Consequentemente, as declarações fiscais da Empresa dos exercícios de 2016 a 2019 poderão ainda ser sujeitas a revisão. O CA entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

Nos termos do artigo 88.º do CIRC, a empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos correspondente às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação e legislação fiscal que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo exercício de reversão das diferenças temporárias dedutíveis.

O detalhe dos passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, de acordo com as diferenças temporárias que o geraram, é o seguinte:

	31-12-2019		31-12-2018	
	Base	Imposto Diferido	Base	Imposto Diferido
Subsídios ao investimentos	355.883,99	80.073,87	365.634,23	82.267,68

3: Fluxos de caixa

A desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários é a seguinte:

Rubrica	2018	Débito	Crédito	2019
Numerário	42,00	24.009,73	23.313,86	695,87
Depósitos à Ordem	3.424.009,59	5.005.130,26	1.863.619,03	3.141.511,23
Total	3.424.051,59	5.029.139,99	1.886.932,89	3.142.207,10

4: Partes relacionadas

4.1: Relacionamento com a empresa-mãe

De acordo com os termos definidos no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 67/2018, de 18 de agosto, o Estado, através da DGTF, sucedeu à Parque EXPO em todas as relações jurídicas contratuais que esta integrava à data da sua extinção, pelo que a DGTF passou a ser a acionista maioritária da MPN (99,57% do capital). Atenta a natureza da entidade que a controla, a MPN deixou de integrar um grupo económico de sociedades.

4.2: Remunerações dos órgãos sociais

REMUNERAÇÕES ORGÃOS SOCIAIS	2019	2018
Conselho de Administração	95.867,68	91.926,95
Assembleia Geral	850,00	1.249,00
Fiscal Único	9.600,00	6.400,00
Total	106.317,68	99.575,95

4.3: Transações entre partes relacionadas

No decurso de 2019 não ocorreram quaisquer transações entre a MPN e as duas entidades que, à exceção do pessoal chave de gestão, se qualificam como partes relacionadas: A DGTF (na qualidade de acionista maioritária) e a Câmara Municipal de Lisboa (na qualidade de entidade concedente).

Em 31 de dezembro de 2019 a quantia dos saldos pendentes com a DGTF é de 25 043 485,73 Euros, que se encontra registado na rubrica de Financiamentos Obtidos, no Passivo Corrente.

Referir ainda que, por estimativa, foram reconhecidos gastos com financiamento, no montante de 507.826,24 Euros, quer no exercício de 2018 quer em 2019, relativos a juros de suprimentos. Isto num contexto em que os contratos de suprimentos cessaram no final de 2017, aguardando-se que a DGTF se pronuncie quanto ao desenvolvimento desta matéria.

5: Ativos intangíveis

Durante o exercício o movimento ocorrido nas rubricas de ativos intangíveis foi o seguinte:



	Concessão	Activos Intangíveis em curso	Total
2018			
Ativo bruto			
Saldo inicial	22.204.710,51	-	22.204.710,51
Saldo final	22.204.710,51	-	22.204.710,51
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade			
Saldo inicial	6.344.427,35	-	6.344.427,35
Amortizações do exercício	711.837,00	-	711.837,00
Saldo final	7.056.264,35	-	7.056.264,35
Saldo final Ativo Líquido	15.148.446,16	-	15.148.446,16
2019			
Ativo bruto			
Saldo inicial	22.204.710,51	-	22.204.710,51
Aquisições	-	16.323,80	16.323,80
Saldo final	22.204.710,51	16.323,80	22.221.034,31
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade			
Saldo inicial	7.056.264,35	-	7.056.264,35
Amortizações do exercício	627.191,16	-	627.191,16
Saldo final	7.683.455,51	-	7.683.455,51
Saldo final Ativo Líquido	14.521.255,00	16.323,80	14.537.578,80

No ano de 2009, a Entidade procedeu a investimentos que ascenderam a 5,8 milhões de Euros, os quais foram enquadrados numa promessa de extensão do prazo de concessão por mais 30 anos, passando o término da concessão do ano de 2026 para o ano de 2056.

No entanto, essa promessa ainda não foi concretizada, tanto mais que, entretanto, ocorreu a transmissão da titularidade da Entidade para a Direção-Geral do Tesouro e Finanças e a transmissão da posição de concedente para o Município de Lisboa, não sendo assim possível atualmente obter evidência do que será decidido em 2026 no final do prazo da concessão original, podendo no caso de não prorrogação, impossibilitar a realização integral deste ativo.

6: Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes a partir da entrada em funcionamento dos respetivos bens e de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 25/2009.

Durante o exercício o movimento ocorrido nas rubricas de ativos fixos tangíveis foi o seguinte:

	Equipamentos Básico	Equipamentos de Transporte	Equipamentos Administrativo	Outros AFT	Total
2018					
Ativo bruto					
Saldo inicial	17.901,95	68.348,63	37.032,24	3.583,57	126.866,39
Adições	-	-	7.800,00	-	7.800,00
Saldo final	17.901,95	68.348,63	44.832,24	3.583,57	134.666,39
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	(15.223,40)	(64.155,70)	(37.032,24)	(2.649,03)	(119.060,37)
Depreciações do exercício	(942,36)	(621,12)		(224,16)	(1.787,64)
Saldo final	(16.165,76)	(64.776,82)	(37.032,24)	(2.873,19)	(120.848,01)
Saldo final Ativo Líquido	1.736,19	3.571,81	7.800,00	710,38	13.818,38
2019					
Ativo bruto					
Saldo inicial	17.901,95	68.348,63	44.832,24	3.583,57	134.666,39
Adições	-	-	-	-	-
Saldo final	17.901,95	68.348,63	44.832,24	3.583,57	134.666,39
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	(16.165,76)	(64.776,82)	(37.032,24)	(2.873,19)	(120.848,01)
Depreciações do exercício	(942,36)	(621,12)	(2.600,40)	(224,16)	(4.388,04)
Saldo final	(17.108,12)	(65.397,94)	(39.632,64)	(3.097,35)	(125.236,05)
Saldo final Ativo Líquido	793,83	2.950,69	5.199,60	486,22	9.430,34

7: Imparidade de ativos

Durante o período de 2019 registou-se a seguinte variação na rubrica de "Perdas por Imparidade de Ativos":

	Saldo inicial	Aumento	Redução	Utilizações	Saldo final
Dividas de Terceiros - Clientes de Cobrança Duvidosa	630.917,15	67.851,04	(81.907,35)	(361.852,67)	255.008,17
Total	630.917,15	67.851,04	(81.907,35)	(361.852,67)	255.008,17

O valor de 361.852,67 Euros evidenciado no quadro anexo respeita à anulação de saldos de clientes para os quais a MPN já não vê qualquer possibilidade de cobrança, após terem sido esgotados todos os meios no sentido de recuperar estes créditos relativos aos saldos evidenciados na rubrica de Clientes de Cobrança Duvidosa e encontrando-se a imparidade totalmente reconhecida.

8: Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a rubrica "inventários" apresenta os seguintes valores:

Mercadorias	2019	2018
Inventários iniciais	4.338,55	3.383,78
Inventários finais	6.577,08	4.338,55

9: Rédito

As quantias de rédito reconhecidas durante o período de 2019 e no período homólogo de 2018 são as seguintes:

Vendas e Prestações de Serviços	2019	2018	Variação	
			Valor	%
Estacionamentos a nado - Visitantes	480.262,04	393.954,67	86.307,37	22%
Concessões	323.983,15	312.081,40	11.901,75	4%
Estacionamentos a nado - Upgrade de contratos	69.059,54	93.290,90	(24.231,36)	-26%
Estacionamentos a nado - Novos contratos	40.041,50	21.812,57	18.228,93	84%
Outras Prestações de serviços	26.794,41	35.317,76	(8.523,35)	-24%
Débito de Custos Incorridos	26.032,14	14.650,69	11.381,45	78%
Aluguer de Espaços	18.780,99	39.721,24	(20.940,25)	-53%
Condominio	17.502,24	21.281,82	(3.779,58)	-18%
Centro Náutico	14.644,96	12.664,35	1.980,61	16%
Serviços de Terrapleno	13.913,95	11.884,55	2.029,40	17%
Arrendamentos	11.359,52	11.247,05	112,47	1%
Vendas de Mercadorias	10.465,09	6.353,57	4.111,52	65%
Total	1.052.839,53	974.260,57	78.578,96	8%

10: Custo das vendas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no período findo em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 é calculado de acordo com os seguintes valores:

Mercadorias	2019	2018
Inventários iniciais	4.338,55	3.383,78
Compras	8.362,31	4.505,49
Inventários finais	6.577,08	4.338,55
CMVMC	6.123,78	3.550,72

11: Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A rubrica provisões apresentava no início do ano um saldo de 313.477,97 Euros, fundamentalmente para fazer face a encargos indemnizatórios para rescisões de contratos de trabalho. Esse montante foi totalmente revertido em 2018, em resultado de se ter considerado foi ultrapassado o contexto de incerteza, quanto futuro da MPN, que conduziu à constituição das provisões.

12: Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 a MPN apresenta na rubrica de financiamentos obtidos um valor de 25.043.485,73 Euros, relativo a suprimentos realizados pela Parque EXPO a partir de 2011 até ao final de 2016, data em que a esta sociedade foi instruída pelo Estado para dotar a MPN dos meios financeiros para proceder ao seu saneamento financeiro (amortização total de dívida bancária e de dívida comercial em atraso) e fazer face a défices de exploração futuros. Os contratos dos suprimentos foram sendo prorrogados e os respetivos juros pagos até final de 2017. Após essa data, em virtude do processo de extinção da Parque EXPO e da sucessão da posição contratual para a DGTF, não foi ainda possível clarificar os termos deste financiamento, pelo que os contratos se encontram na situação de incumprimento.

12.1: Categorias de instrumentos financeiros

As categorias de ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são detalhadas conforme se segue:

Ativos Financeiros	2019	2018
Clientes	82.568,06	64.676,40
Outros créditos a receber	46.957,22	55.813,93
Caixa e depósitos bancários	3.142.207,10	3.424.051,59
total	3.271.732,38	3.544.541,92

Passivos Financeiros	2019	2018
Fornecedores	36.302,38	67.751,41
Financiamentos obtidos	25.043.485,73	25.043.485,73
Outras dívidas a pagar	1.273.641,61	696.079,22
total	26.353.429,72	25.807.316,36

13: Benefícios dos empregados

A Empresa não tem quaisquer responsabilidades de pagamentos destinados a Pensões de Reforma ou Fundos de Reforma do Pessoal.

14: Divulgações exigidas por diplomas legais

14.1: Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus Administradores, a sociedade não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos de remunerações.

Também não foram celebrados quaisquer contratos, entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

14.2: Outras obrigações legais

A Empresa, em 31 de dezembro de 2019, não tinha quaisquer dívidas ao Setor Público Estatal cujo pagamento estivesse em mora, encontrando-se a sua situação devidamente regularizada.

15: Outras informações

15.1: Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e Serviços Externos	2019	2018	Variação	%
Trabalhos especializados	201.361,94	346.101,56	(144.739,62)	-42%
Publicidade e propaganda	2.595,00	2.359,74	235,26	10%
Vigilância e segurança	76.563,66	72.849,20	3.714,46	5%
Honorários	12.813,01	9.375,50	3.437,51	37%
Comissões	144,95	129,34	15,61	12%
Conservação e reparação	188.740,41	29.777,84	158.962,57	534%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.873,40	3.807,55	(1.934,15)	-51%
Livros e documentação técnica	42,05	-	42,05	---
Material de escritório	1.403,01	4.275,93	(2.872,92)	-67%
Artigos de oferta	50,50	498,44	(447,94)	-90%
Outros	616,80	3.524,03	(2.907,23)	-82%
Electricidade	45.779,56	26.281,00	19.498,56	74%
Combustíveis	1.848,18	3.869,47	(2.021,29)	-52%
Água	35.481,24	32.229,41	3.251,83	10%
Outros	42,85	64,64	(21,79)	-34%
Deslocações e estadas	1.118,64	423,79	694,85	164%
Rendas e alugueres	119.166,22	23.777,73	95.388,49	401%
Comunicação	7.865,78	7.906,33	(40,55)	-1%
Seguros	8.896,81	12.809,51	(3.912,70)	-31%
Contencioso e notariado	2.094,65	76,50	2.018,15	2638%
Despesas de representação	64,35	566,00	(501,65)	-89%
Limpeza, higiene e conforto	30.444,46	29.825,50	618,96	2%
Outros serviços	10.661,43	18.725,58	(8.064,15)	-43%
Total	749.668,90	629.254,59	120.414,31	19%

15.2: Diferimentos

DIFERIMENTOS	2019	2018
Diferimentos Gastos a reconhecer		
Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos	6.574,56	6.358,32
Gastos com Pessoal	2,16	1.144,62
Total	6.576,72	7.502,94
Diferimentos rendlemntos a reconhecer		
Faturação Corrente	77.267,05	67.016,13
Referentes a anos anteriores - Postos de amarração	159.009,60	223.562,30
Referentes a anos anteriores - Edifício Nau	960.977,03	1.108.819,67
Total	1.197.253,68	1.399.398,10

15.3: Estado e outros entes públicos

Os saldos das subcontas desta rubrica estão discriminados no quadro que se segue:

Rubricas	2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos especiais por conta	12.643,54	-	12.643,54	-
IRC a Pagar/Recuperar	1.359,52	-	-	1.719,59
IR - Retenção de impostos s/ o rendimentos	-	4.376,63	1.523,89	3.788,00
Imposto sobre o valor acrescentado	190,52	8.714,74	2.020,98	4.040,36
Contribuições para a Segurança Social e CGA	-	6.225,61	-	5.128,05
Fundo de Compensação do Trabalho	-	27,01	-	-
Total	14.193,58	19.343,99	16.188,41	14.676,00

15.4: Gastos com pessoal

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica de Gastos com o Pessoal apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2019	2018	Variação	
			Valor	%
Remunerações dos órgãos sociais				
Conselho de Administração	95.867,68	91.926,95	3.940,73	4%
Mesa da Assembleia Geral	850,00	1.249,00	- 399,00	-32%
Fiscal Único	9.600,00	6.400,00	3.200,00	50%
Remunerações do pessoal	128.717,39	167.367,82	- 38.650,43	-23%
Benefício pós-emprego	-	-	-	-
Indemnizações	-	-	-	-
Encargos sobre remunerações	50.997,28	59.232,66	- 8.235,38	-14%
Seguros de acidente de trabalho e doenças profissionais	3.250,19	3.628,19	- 378,00	-10%
Gastos de acção social	-	-	-	-
Outros	6.630,37	9.247,37	- 2.617,00	-28%
Total	295.912,91	339.051,99	- 43.139,08	-13%

15.5: Outros rendimentos e gastos

A decomposição da rubrica de Outros Rendimentos e Gastos no final de 2019 e de 2018 é como se segue:

Outros rendimentos e ganhos	2019	2018	Varição
Correções de períodos anteriores	22.429,37	-	22.429,37
Excesso da estimativa para impostos	0,03	2.913,37	- 2.913,34
Imputação de subsídios para investimentos	9.750,24	9.750,24	-
Outros não especificados	78.658,41	0,18	78.658,23
Total	110.838,05	12.663,79	98.174,26

Na rubrica de outros gastos o valor mais significativo diz respeito a uma indemnização paga à EDP Distribuição Energia SA relativa a consumos de eletricidade não cobrados, devido a erros de contagem, aos quais a MPN era totalmente alheia.

Outros gastos e perdas	2019	2018	Varição
Impostos e taxas	6.853,92	831,61	6.022,31
Dívidas incobráveis	-	1.205,49	- 1.205,49
Outros			
Correcções relativas a períodos anteriores	56.199,57	4.252,18	51.947,39
Quotizações	1.340,00	1.380,00	- 40,00
Multas	1.292,50	875,69	416,81
Outros não especificados	147.046,52	0,19	147.046,33
Total	212.732,51	8.545,16	204.187,35

Na rubrica de outros rendimentos o valor mais significativo refere-se à regularização de saldos a favor da empresa relativamente a credores cujos pagamentos a MPN não conseguiu efetuar ao longo dos 10 anos em que esteve em vigência o plano de pagamentos da medida de recuperação da empresa (PERE).

15.6: Garantias prestadas e obtidas

Em 31 de dezembro de 2019, as garantias prestadas pela MPN a terceiros ascendiam ao montante de 12.083,43 Euros.

Relativamente às garantias prestadas por terceiros à MPN, o valor total ascendia 27.674,31 Euros, fundamentalmente para caucionar o cumprimento por parte de clientes relativamente a contratos de cedência temporária de direitos exclusivos de utilização de lojas do Edifício NAU e de caucionar o cumprimento por parte de fornecedores das obrigações inerentes a contratos de prestação de serviços.

Lisboa, 27 de maio de 2020

O Contabilista Certificado nº 68598



Francisco José Machado Nogueira

O Conselho de Administração



André Filipe Fernandes



Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus

Handwritten signature



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da MARINA DO PARQUE DAS NAÇÕES SOCIEDADE CONCESSIONÁRIA DA MARINA DO PARQUE DAS NAÇÕES, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 17.846.189 euros e um total de capital próprio, negativo, de 9.803.912 euros, incluindo um resultado líquido, negativo, de 1.225.340 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da MARINA DO PARQUE DAS NAÇÕES SOCIEDADE CONCESSIONÁRIA DA MARINA DO PARQUE DAS NAÇÕES, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Por força de novos investimentos realizados no ano de 2009, a Entidade obteve uma promessa de extensão do prazo de concessão por mais 30 anos, passando o término da concessão do ano de 2026 para o ano de 2056. No entanto, essa promessa ainda não foi concretizada formalmente, o que a não ocorrer pode impossibilitar a realização integral do seu ativo mais relevante. Esta situação encontra-se divulgada no ponto 5 do Anexo às Demonstrações Financeiras.



Handwritten initials and a signature in the top right corner.



Existem suprimentos na Entidade que ascendem 25 milhões de euros, corporizados em 10 contratos sendo o primeiro de 2011 e o último de 2017. Todos os contratos foram periodicamente prorrogados até ao final de 2017. Após a transmissão da titularidade da Entidade para a Direção-Geral do Tesouro e Finanças, não existiram quaisquer prorrogações dos contratos, pelo que a partir de 01 de janeiro de 2018 a totalidade dos valores pode ser considerada exigível. Esta situação encontra-se divulgada no ponto 12 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

Ênfases

A Entidade está obrigada a aplicar desde 1 de janeiro de 2018 o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. No entanto, chamamos a atenção para o parágrafo de introdução do Anexo às Demonstrações Financeiras, onde, constatando limitações ao nível dos meios humanos e dos sistemas de informação, a Entidade assume que não foi possível assegurar de forma tempestiva a implementação integral do SNC-AP, em particular no que ao subsistema da contabilidade orçamental diz respeito. Assim, nos termos da determinação de S. Exa. o Secretário de Estado do Orçamento (SEO), expressa no Aviso n.º 9/DGO/2019, de 18 de abril, atenta a Resolução 7/2018 do Tribunal de Contas, de 9 de janeiro de 2019 e a Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, de 15 de fevereiro de 2019 e finalmente aproveitando a prerrogativa do n.º 2 do artigo 316º da Lei n.º 2/2020 específica para o período de 2019, optou por efetuar a sua prestação de contas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística. Entende-se que as diferenças entre as demonstrações financeiras elaboradas em cada um dos dois conjuntos de princípios contabilísticos geralmente aceites seriam do ponto de vista da contabilidade financeira (patrimonial) imateriais.

Em março de 2020 a Organização Mundial de Saúde declarou a disseminação da doença provocada pelo novo coronavírus (Covid-19) como pandemia, a qual tem um impacto negativo nas perspetivas para a economia a nível global. Conforme descrito no ponto IV do relatório de gestão, dependendo da profundidade e extensão temporal dos impactos disruptivos desta pandemia, a atividade e rentabilidade da Entidade, será afetada em maior ou menor grau. Não obstante, é convicção do órgão de gestão que esses efeitos, a existirem, não serão um motivo adicional que possa afetar a continuidade das suas operações.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Sistema de Normalização Contabilística (ou outro, consoante o caso);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



Pontes ■ Baptista & Associados

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
 AUDIT, TAX, ADVISORY



GENEVA GROUP INTERNATIONAL

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 01 de junho de 2020

PONTES, BAPTISTA & ASSOCIADOS
 Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
 Número de registo na CMVM: 20161505
 Número de registo na OROC: 209
 Representada por

Luis Baptista

Número de registo na CMVM: 20160809
 Número de registo na OROC: 1198

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



Handwritten signatures and initials in the top right corner.



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

INTRODUÇÃO

1. Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da **MARINA DO PARQUE DAS NAÇÕES SOCIEDADE CONCESSIONÁRIA DA MARINA DO PARQUE DAS NAÇÕES, S.A.** relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

ATIVIDADE DESENVOLVIDA

2. Acompanhámos a evolução da atividade e os negócios, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e esclarecimentos solicitados.
3. No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço reportado a 31 de dezembro de 2019, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa, as notas anexas às demonstrações financeiras e o relatório de gestão preparados pelo Conselho de Administração, para o exercício findo naquela data, elaborados em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística.
4. A este propósito chamamos a atenção para o facto da Entidade está obrigada a aplicar desde 1 de janeiro de 2018 o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. No entanto, dadas as limitações ao nível dos meios humanos e dos sistemas de informação, a Entidade assume que não foi possível assegurar de forma tempestiva a implementação integral do SNC-AP, em particular no que ao subsistema da contabilidade orçamental diz respeito. Assim, nos termos da determinação de S. Exa. o Secretário de Estado do Orçamento (SEO), expressa no Aviso n.º 9/DGO/2019, de 18 de abril, atenta a Resolução 7/2018 do Tribunal de Contas, de 9 de janeiro de 2019 e a Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, de 15 de fevereiro de 2019 e finalmente aproveitando a prerrogativa do n.º 2 do artigo 316º da Lei n.º 2/2020 específica para o período de 2019, optou por efetuar a sua prestação de contas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística. Em nosso entender, esta opção apenas apresenta limitações de informação no que respeita à contabilidade orçamental.
5. Adicionalmente, elaborámos a Certificação Legal das Contas, a qual foi emitida com duas incertezas materiais relacionadas com a continuidade e duas ênfases.

PARECER

6. Face ao exposto, e tomando em consideração a Certificação Legal das Contas, documento por nós emitido, somos de opinião que as demonstrações financeiras suprarreferidas e o relatório de gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados.



af/ls



Pontes • Baptista & Associados

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
AUDIT. TAX. ADVISORY



GENEVA GROUP INTERNATIONAL

7. Chamamos ainda a atenção para o facto de, e no que respeita nomeadamente ao porto de recreio e ao edifício nau, não existir uma cobertura de seguro suficiente que mitigue o risco de uma eventual ocorrência de sinistros. A ocorrerem, tal poderá conduzir a perdas significativas que terão de ser assumidas pela Entidade e refletidas nas suas demonstrações financeiras como perdas dos períodos em que ocorrerem.
8. Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 01 de junho de 2020

PONTES, BAPTISTA & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Número de registo na CMVM: 20161505
Número de registo na OROC: 209
Representada por

Luís Baptista

Número de registo na CMVM: 20160809
Número de registo na OROC: 1198

ERRATA

RELATÓRIO E CONTAS 2019

Na página 27 do Relatório e Contas de 2019 da Marina do Parque das Nações, S.A., no final do ponto “2. Gestão do Risco Financeiro” do Capítulo “VII. Cumprimento das Orientações Legais”, **onde se lê:**

Os contratos de suprimentos foram originalmente celebrados com a Parque EXPO e foram sendo objeto de sucessivas renovações até a 31 de dezembro de 2017, data em que as renovações cessaram. De acordo com os termos definidos no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 67/2018, de 18 de agosto, o Estado, através da DGTF, sucedeu à Parque EXPO em todas as relações jurídicas contratuais que esta integrava à data da sua extinção, pelo que a DGTF passou a ser acionista da MPN e simultaneamente contraparte dos contratos de suprimento. No decurso de 2018 e 2019, os contratos não foram renovados, razão pela qual não ocorreu qualquer pagamento de juros.

Anos	2019	2018	2017	2016	2015
Encargos Financeiros (€)	0	0	512.899	276.561	183.592
Taxa Média de Financiamento (%)	0%	0%	2,0%	1,5%	1,0%

Deve ler-se:

Os contratos de suprimentos foram originalmente celebrados com a Parque EXPO e foram sendo objeto de sucessivas renovações até a 31 de dezembro de 2017, data em que as renovações cessaram. De acordo com os termos definidos no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 67/2018, de 18 de agosto, o Estado, através da DGTF, sucedeu à Parque EXPO em todas as relações jurídicas contratuais que esta integrava à data da sua extinção, pelo que a DGTF passou a ser acionista da MPN e simultaneamente contraparte dos contratos de suprimento. No decurso de 2018 e 2019, os contratos não foram renovados, razão pela qual não ocorreu qualquer pagamento de juros, **ainda que, por estimativa, foram reconhecidos gastos com financiamento, no montante de 507.826,24 Euros, quer no exercício de 2018 quer em 2019, relativos a juros de suprimentos.**

Anos	2019 *	2018 *	2017	2016	2015
Encargos Financeiros (€)	507.826	507.826	512.899	276.561	183.592
Taxa Média de Financiamento (%)	2,0%	2,0%	2,0%	1,5%	1,0%

* valores reconhecidos como gasto por estimativa

Lisboa, 01 de julho de 2020

O Conselho de Administração


André Filipe Fernandes
(Presidente)


Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus
(Administradora)